

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2003

Regulamenta os critérios tarifários para o transporte dutoviário de gás natural.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no artigo art. 8º, inciso VI, da Lei n.º 9.478, de agosto de 1997, com base na Resolução de Diretoria n.º _____, de _____ de _____ de 2003, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Constitui objeto da presente Portaria o estabelecimento dos critérios para cálculo de tarifas de transporte dutoviário de gás natural.

Art. 2º As definições contidas na Portaria ANP n.º XXXXXX, que regulamenta o livre acesso às instalações de transporte dutoviário de gás natural, ou outra que venha a substituí-la, ficam incorporadas a esta Portaria.

Art. 3º As tarifas de transporte de gás natural não implicarão tratamento indevidamente discriminatório ou preferencial entre usuários.

Art. 4º As tarifas aplicáveis a cada serviço e/ou carregador serão compostas por uma estrutura de encargos relacionados à natureza dos custos atribuíveis a sua prestação, devendo refletir:

- I. Os custos da prestação eficiente do serviço;
- II. Os determinantes de custos, inclusive percurso, capacidade e diferença de pressão entre pontos de recepção e entrega, observando a responsabilidade de cada carregador e/ou serviço na ocorrência desses custos e as qualidades relativas entre os tipos de serviço oferecidos; e
- III. ~~Os Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional, além da busca de competitividade e do desenvolvimento da indústria de gás natural.~~

Comentários: Sugerimos a retirada deste item pois a consideração do mesmo torna a Portaria muito genérica e vaga. Entendemos que para a inserção deste item os Agentes da Indústria do Gás e a Sociedade devem conhecer bem estes Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional além do que os mesmos deverão ser muito bem discutidos com estes Agentes e a Sociedade.

Art. 5º A tarifa do serviço de transporte firme será estruturada, no mínimo, com base nos seguintes encargos:

- I. Encargo de capacidade de entrada: destinado a cobrir os custos fixos relacionados à capacidade de recepção, as despesas gerais e administrativas e os custos fixos e variáveis de operação e manutenção;
- II. Encargo de capacidade de transporte: destinado a cobrir os custos de investimento relacionados à capacidade de transporte;

III. Encargo de capacidade de saída: destinado a cobrir os custos fixos relacionados à capacidade de entrega;

IV. Encargo de movimentação: destinado a cobrir os custos variáveis com a movimentação de gás.

Comentários: Será extremamente importante um detalhamento destes itens para uma maior compreensão por parte dos Agentes da Indústria do Gás Natural em relação a aplicação do Sistema Tarifário aqui apresentado.

Art. 6º A tarifa do serviço de transporte interruptível será estruturada com base em um único encargo volumétrico, cujo valor será estabelecido em função da probabilidade de interrupção e demais condições deste serviço, tomando como referência o serviço de transporte firme.

Art. 7º As tarifas propostas para serviços diversos dos serviços de transporte firme e interruptível terão por referência a tarifa do serviço de transporte firme, observado o disposto no art. 4º desta Portaria.

Art. 8º A tarifa mínima para a capacidade de transporte adicional, criada a partir de investimentos em expansão da infra-estrutura de transporte, será igual ao maior valor entre a tarifa compartilhada, calculada com base na capacidade e nos custos associados à instalação de transporte existente e à sua expansão, e a tarifa incremental, calculada com base na capacidade e nos custos adicionais associados apenas à expansão da instalação de transporte.

Comentários: A idéia parecer ser coerente porém poderá haver diversas situações de sequências de solicitação de transporte adicional que poderá criar alguma dificuldade na sua implantação. Para tanto será interessante a definição de um regulamento ou um maior detalhamento sobre as várias situações que poderá ocorrer.

Parágrafo único: No caso da adoção da tarifa compartilhada, as tarifas dos contratos firmes existentes antes da referida expansão serão ajustadas de modo a observar a redução do custo unitário de transporte.

Art. 9º O transportador repassará a todos os carregadores firmes 90% (noventa por cento) do resultado da venda de serviços de transporte interruptíveis, decorrentes da utilização de capacidade ociosa de transporte, descontados os tributos a serem recolhidos, aplicáveis a cada Carregador, de forma proporcional à ociosidade de cada contrato no correspondente trecho utilizado;

Comentários: Deverá ser verificado se os 10% que ficarão com os Transportadores serão suficientes para a cobertura dos custos desta operação mais uma Taxa de retorno. Ou seja será melhor dizer que o repasse será a receita menos seus (custos + Taxa de Retorno)

Art. 10 As reduções nas tarifas de transporte previstas nesta Portaria estarão condicionadas à **comprovação, por parte do carregador, do repasse integral ao preço de venda do gás, caso este seja comercializado.**

Comentários: O assunto tratado neste artigo é puramente comercial e muito complexo para ser tratado em somente um artigo. Entedemos que o mesmo deverá ser regulamentado em uma Portaria específica com maiores detalhes inclusive na forma que será operacionalizado.

Art. 11 As tarifas aplicáveis a qualquer tipo de serviço de transporte de Gás Natural deverão ser comunicadas à ANP e divulgadas ao mercado.

Art. 12 O descumprimento do disposto na presente Portaria implicará as sanções administrativas previstas na legislação aplicável.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS
Diretor-Geral